


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL

 Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000202-06.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **PIRAGESSO COMERCIO LTDA - ME**
 Requerido: **JOSE EDUARDO BUZATTO**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

PIRAGESSO COMÉRCIO LTDA – ME move ação de cobrança contra **JOSÉ EDUARDO BUZATTO**. Foi contratada pelo réu para a colocação de gesso em obra. Os serviços foram regularmente prestados. O preço devido pelo réu corresponde a R\$ 41.767,90. Todavia, o réu somente pagou R\$ 32.176,38. Há, pois, uma diferença devida, no valor de R\$ 9.591,52. Este o valor cobrado.

O réu foi citado e contestou (fls. 76/80). Sustenta que, durante a execução do contrato, ao lhe ser apresentado um relatório de cobrança final, indicando preço total de R\$ 41.767,90, não concordou com o valor. Isto ensejou o comparecimento de um preposto da autora ao local, onde foram verificados os serviços, a metragem e o material utilizado. Tal vistoria implicou correção no valor do preço, resultando um saldo devedor – diferença – de R\$ 2.976,38. O réu encaminhou e-mail à autora solicitando a emissão de boleto para a quitação e liquidação do débito. A autora emitiu tal boleto, concordando, pois, com tal valor. O réu pagou o montante. Inexiste, então, qualquer diferença.

A autora ofereceu réplica (fls. 89/91).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

A ação é improcedente.

A autora, em sua petição inicial e réplica, procura demonstrar a legitimidade dos valores cobrados, explicando a razão pela qual o preço final encontrado – R\$ 41.767,90 – estaria de acordo com o contrato, o serviço prestado, a metragem e o material utilizado.

Todavia, o cerne da controvérsia, nascido a partir do fato impeditivo apresentado pelo réu em sua contestação, no sentido de que houve aceitação do valor já pago pelo réu, resulta bem resolvido, e é favorável à versão do réu.

Há que se considerar que a relação existente entre as partes é de consumo, cujo vínculo natural apresenta desigualdade, com a hipossuficiência do consumidor e a primazia econômica e técnica do fornecedor, justificando a incidência de normas protetivas em sentido inverso, para reequilibrar a relação, protegendo-se os interesses legítimos do consumidor.

A proteção contratual do CDC, seja na formação do contrato, seja durante sua execução, expressa-se por intermédio dos deveres anexos relativos à boa-fé objetiva, que são, consoante a doutrina (vg. Cláudia Lima Marques) os deveres de informação, de cooperação e de cuidado com o consumidor, parceiro contratual.

Assentadas tais premissas, veja-se o caso concreto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor alegou, em contestação, que durante a execução do contrato houve um acerto final. A esse propósito, reporto-me à narrativa inscrita na peça contestatória.

Sua alegação está comprovada documentalmente.

Aos 07/01/13 (fls. 84/85) o réu encaminhou à autora e-mail no qual menciona os problemas ocorridos durante a execução dos serviços e, especialmente, os erros na medição que ensejaram a cobrança de valor excessivo pela autora. O e-mail está instruído com um documento, denominado "divergências gesso". O anexo é mencionado no corpo da mensagem. Ao final da mensagem, o réu diz o seguinte, de modo muito claro:

"(...) O valor REAL e TOTAL APURADO, levando-se em conta o desconto que foi proposto e ainda o desconto de R\$ 1.000,00 para correção da Concha é de: R\$ 32.176,38 (tinta [sic] e dois mil, cento e setenta e seis reais e trinta e oito centavos), dos quais já pagamos R\$ 29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos reais), restando pagar R\$ 2.976,38 (dois mil, novecentos e setenta e seis reais e trinta e oito centavos).

Solicito enviar um Boleto Bancário neste valor e uma NOTA FISCAL no valor total de R\$ 32.176,38, que faremos o saldo do pagamento imediatamente.

Sem nada mais a acrescentar e nem comentar (...)"

Um dia depois, 08/01/13 (fls. 86), o réu ainda encaminhou um outro e-mail com o teor: **"Espero que você tenha entendido o meu Relatório AMPLO, REAL, IRRESTRITO e IRRETRATÁVEL e me mande URGENTE o boleto para quitação do saldo real dos serviços executados, juntamente com a devida NOTA FISCAL INTEGRAL para Contabilidade".**

A autora, ao menos pelo que temos nos autos, sem fazer qualquer ressalva a propósito de tais e-mails, de fato, em 21/02/13 (fls. 82), emitiu nota fiscal precisamente no valor proposto pelo réu, apenas com o desconto de R\$ 1.000,00, ou seja, R\$ 31.176,60, assim como emitiu o boleto no valor mencionado pelo réu (fls. 83) que, como é incontroverso nos autos, foi pago.

Em tal dinâmica, com todas as vênias à autora, não lhe é dado, agora, pleitear qualquer diferença que entenda devida.

A autora emitiu a nota fiscal no valor mencionado pelo réu.

Emitiu boleto no valor mencionado pelo réu.

O réu já havia dito que esse montante era por ele interpretado como "o valor REAL e TOTAL APURADO", que o seu relatório era "AMPLO, REAL, IRRESTRITO e IRRETRATÁVEL" e expressava o "saldo real dos serviços executados".

A autora não ressaltou absolutamente nada.

Agiu exatamente como requerido pelo réu.

Recebeu o pagamento.

Meses depois, resolveu apurar unilateralmente uma diferença supostamente devida e encaminhou notificação ao réu.

Verifica-se, claramente, que o agir da autora viola a boa-fé objetiva.

Venire contra factum proprium.

Não se pode prestigiar tal conduta, proscrita pelo direito do consumidor.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL**Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Frise-se que, em réplica, a autora não enfrentou esta questão, claramente posta em contestação, nem trouxe argumentos capazes de abalá-la.

Por outro lado, a despeito da violação à boa-fé objetiva, não se verifica, com esta ação, má-fé no seu sentido subjetivo. A autora acredita, sinceramente, que tem o direito postulado. Daí porque não pode ser penalizada pelas sanções relativas à litigância de má-fé.

E, porque não constatada a má-fé, descabe a sanção do art. 940 do CC, mencionada em contestação.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação e condeno a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 2.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 10 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**